

1. Os pontos de partida da reflexão sociológica sobre as leis gerais da História e o encaminhamento dos problemas sociais

Polémicas e Modelos para uma Sociologia de Intervenção

Isabel Guerra

I.S.C.T.E./Lisboa

The sociology of intervention has always defined its central challenge as the utopian search for the key to social change, and using this theoretical reflection, to test methods of reducing uncertainty. This has now produced a long history of theoretical, methodological and practical work progressing along two different routes that today still remain distant from each other. On the one hand, there is a quest to find the general laws of history and of the fundamental factors of change, and on the other, to formulate propositions which might give account of the irreducible plurality of the processes of change, and their contingent, localised, complex and provisional nature, their somewhat blurred edges and their underlying tension.

Each «concrete system of action» is understood to contain a minimum of order and interdependence behind the apparent disorder of the strategies of individual and collective agents. The research process is intended to delineate the limits, borders and mechanisms of regulation and disorder within this system, and to identify the mechanisms of alienation and emancipation which co-exist within concrete processes of action.

A sociologia de intervenção sempre colocou os seus desafios na procura utópica da chave da mudança social e, através dessa reflexão, no ensaio de métodos de redução das incertezas. É já um longo percurso teórico, metodológico e prático cuja exploração seguiu dois percursos diferentes e, ainda, hoje largamente descontraídos. Trata-se, por um lado, da procura das leis gerais da história e dos factores fundamentais da mudança e, por outro lado, da procura de proposições que dessem conta da pluralidade irredutível dos processos de mudança e do seu carácter contingente, localizado, complexo, provisório, de limites fluidos e de tensão.

Entende-se que cada «sistema de acção concreto» contém um mínimo de ordem e de interdependência por detrás da aparente desordem das estratégias dos actores individuais e colectivos. Compete ao processo de pesquisa elucidar os limites, as fronteiras e os mecanismos de regulação e desordem desse sistema, identificar os mecanismos de alienação e de emancipação que coexistem nos processos concretos de acção.

1. Os pontos de partida da reflexão sociológica: as leis gerais da História e o entendimento dos problemas sociais

A sociologia de intervenção sempre colocou os seus desafios na procura utópica da chave da mudança social e, através dessa reflexão no ensaio de métodos de redução das incertezas. É já um longo percurso teórico, metodológico e prático cuja exploração seguiu dois percursos diferentes e, ainda, hoje largamente descontraídos. Trata-se, por um lado, da procura das leis gerais da história e dos factores fundamentais da mudança e, por outro lado, da procura de proposições que dessem conta da pluralidade irreduzível dos processos de mudança e do seu carácter contingente, localizado, complexo, provisório, de limites fluidos e de tensão.

Segundo Remy Hess (1983) a sociologia adquire o estatuto científico quando rompe com esta dicotomia. No entanto, mantêm-se tradições paradigmáticas descontraídas que advêm de um longo percurso histórico iniciado pela Escola de Chicago e continuado pelas tradições – americanas ou europeias – que deram corpo a correntes mais interaccionismo ou mais sistémicas (funcionalistas, marxistas, etc.).

A profissionalização crescente das ciências sociais (nomeadamente da sociologia e da antropologia) faz renascer o interesse por uma «teoria da acção» procurando uma outra relação entre conhecimento e intervenção que tranquilizasse a fragmentação crescente e diversidade dos campos de exercício profissional.

A maioria dos cientistas sociais está hoje convencido da fecundidade heurística da aproximação entre teoria e acção mas esse propósito não tem tornado mais fácil nem a articulação entre estas formas de fazer a sociologia nem a exploração da relação entre esta e a intervenção.

Vranken define sociologia de intervenção pelo «conjunto do exercício profissional (epistemologia, metodologia, postura e papel do sociólogo-interventor) que conduz o prático a posicionar-se, sobre solicitação do sistema-cliente, no coração de uma situação entre os actores que a compõem com a finalidade de aí cumprir uma missão. O prático define-se e intervém como sociólogo, dispõe de um raciocínio sociológico (pelo menos dominante)»¹. E continua: «Pela expressão “modelos de intervenção” entendemos as teorias formalizadas da sociedade e da acção [...]. Embora não haja teorias da intervenção pode construir-se uma classificação das principais famílias teóricas que forneceram linguagens analíticas para intervir, compreender e explicar os factos, os actores, as organizações e os sistemas».

De facto, e embora se diluam crescentemente² as hostilidades entre uma sociologia «teórica» e uma sociologia «de terreno» e sejam já diminutos os que se aterrori-

¹ Didier VRANCKEN & Olgierd KUTY (eds.), *La sociologie et l'intervention, ouvertures sociologiques*, Louvain-la-Neuve, De Boeck Université, 2001, pp. 21 e 22.

² Devo mesmo dizer que da minha experiência docente esta é uma discussão cujo sentido os jovens estudantes de sociologia têm cada vez mais dificuldades em entender.

zam com a ruptura com a forma canónica de entender a acção, são poucas as reflexões sobre esta articulação. Confrontam-se, os que defendem a necessidade urgente de lutar contra o mutismo dos práticos acerca dos seus referenciais teóricos e éticos que se explicaria por uma incultura científica reforçada pela ideologia pragmática do nosso tempo que se traduz frequentemente numa posição acrítica da mudança social, com os que deploram a demissão teórico-metodológica da sociologia face aos profissionais do ramo e reivindicam o seu lugar na academia para difundir os seus saberes (Vranken, 2001).

Estas interrogações reabilitam uma sociologia como representação da transformação do sistema social e defendem uma postura activa face à mudança considerando que se compreende melhor uma situação social quando nos mobilizamos para a transformar

As polémicas e as propostas de uma relação entre teoria e empiria

Neste percurso de reabilitação de uma sociologia «de terreno», os critérios científicos de objectividade, validade e fiabilidade são revisitados e descontroem-se os mitos da relação entre teoria e prática, interrogando-se se haverá uma sociologia científica e uma sociologia de terreno não científica e nesse caso como classificá-la. É obvio que ninguém hoje se atreverá apelidar as intervenções de centenas de licenciados como de «senso comum» o que impele desde logo para a pesquisa dos postulados teóricos e formas metodológicas que sedimentam as práticas profissionais.

Há mesmo quem vá mais longe e considere que não há sociologia que não seja de intervenção. Dubet, apoiando-se nas teorias da reestruturação de Giddens realça a especificidade do trabalho de releitura científica que é apanágio do cientista social. Este autor escreve: «*Poderíamos dizer, sem dúvida por ironia, que a sociologia se distingue das outras ciências pelo facto de que ela é quase sempre uma intervenção. De facto, interroga as pessoas vivas que lhe podem responder e com as quais o sociólogo pode contar*», (Dubet, 2001, p.89).

François Dubet (2001), apoiando-se na teoria da estruturação de Giddens, considera que há três dimensões fundamentais que colocam inevitavelmente – e intrinsecamente – as ciências sociais no campo da intervenção. Em primeiro lugar, a reflexividade nas ciências sociais dado que estas, sendo antes de mais hermenêuticas – ao contrário das ciências naturais que descrevem os objectos – exigem a produção de sentido e essa produção de sentido é em si mesmo produtora e transformadora dos objectos. Mas as ciências sociais não produzem apenas sentido, ao denominar o mundo social elas produzem o próprio problema social desconstruindo e reconstruindo os objectos sociais. O cientista está assim mergulhado na transformação social, na produção e estruturação do mundo, em conversação permanente com os actores que o compõem: «*Ele constrói a sociedade ao mesmo tempo que pretende compreendê-la*». Finalmente, a análise sociológica pode ser encarada como uma forma de acção colec-

tiva dado que a produção do conhecimento é realizada num contexto de dinâmicas sociais e de poder pelo que compreender é já agir na mudança social, num contexto de difusão do conhecimento cujo impacte provoca transformações na reflexividade dos sujeitos permitindo a reconstrução da acção colectiva. De facto, a capacidade «reflexiva» das ciências sociais inclui não apenas a capacidade de reflectir (analisar) mas também um vai e vem entre a realidade e essa descrição-produção de sentido.

Friedberg reforça essa dimensão de mudança do conhecimento social escrevendo: «A abordagem organizacional da acção colectiva interessa-se pelos contextos locais que suportam e estruturam as interações entre um conjunto de actores interdependentes na resolução de um problema comum. Conceptualizando estas ordens locais como construções políticas, ie, culturais, procura reconstruir as suas características, equilíbrios de poder e “regras do jogo” e compreender a especificidade e contingência dos processos pelos quais emergem e se reproduzem nas e pelas interações que estruturam», (Friedberg, 2001, p. 113).

Considerando que a intervenção da sociologia não é de natureza normativa mas é do plano cognitivo, o trabalho científico assenta no conhecimento produzido sobre o sistema de acção e os problemas com que este se confronta e, por outro, lado na elaboração de um raciocínio que permita descodificar esse conhecimento e utilizá-lo para elaborar um plano de acção com o conjunto dos actores envolvidos.

Para Friedberg, a contribuição do sociólogo situa-se nas mudanças que a sua análise é capaz de accionar no sistema-cliente, quer dizer, nos seus quadros de referência, nas suas percepções e representações dos problemas, formas de raciocinar e soluções possíveis: «... numa palavra, o seu impacte depende da capacidade em modificar o mind-set dos empresários da mudança que tem face a si e em reestruturar a sua metodologia de acção», (2001, p. 116). A eficácia da intervenção do sociólogo, depende assim, da qualidade do seu inquérito e da forma de produzir o conhecimento, quer dizer recolher dados, submetê-los a um tratamento sistemático, construir interpretações e por outro lado, organizar o processo de comunicação desses resultados.

2. As pistas e as necessárias rupturas da investigação-acção

A pesquisa-acção tem sido uma metodologia ancorada nessa outra relação entre teoria e acção defendendo que essa re-articulação permite outra forma de produzir, simultaneamente, o conhecimento e a mudança, através da partilha de saberes entre actores e investigadores. Distingue-se de outros modelos metodológicos por três ordens de razões. Em primeiro lugar porque parte de um problema para o tentar resolver construindo a sua problematização na empiria e aí voltando no final do processo. Nesse sentido, estuda os fenómenos na sua globalidade, nos seus aspectos estáticos e dinâmicos procurando na complexidade dos fenómenos sociais as variáveis estruturadoras da mudança.

Em segundo lugar, a sua finalidade é a de elaborar saberes que tornem as situações sociais inteligíveis, parcialmente previsíveis e influenciáveis num contexto de «socialização da sociologia» onde os diferentes actores sociais são considerados, eles próprios como produtores do conhecimento. Finalmente, o investigador é um mediador neste processo tendo como função principal garantir o controle do processo de produção do conhecimento de forma a que essa diversidade de olhares e de entendimentos esteja presente. Cabe-lhe o papel fundamental de estruturar de forma inteligível o «modelo» conceptual interpretativo da situação, na sua génese e na postura dos vários actores procurando que se identifique a génese das situações e não os seus efeitos aparentes.

São muitas – e controversas – as definições de investigação-acção dado que sob esta designação se acolhem autores e metodologias de investigação e de acção muito diferenciadas. No entanto, a mais importante consequência da adopção das metodologias de pesquisa-acção é a profunda ruptura nas formas como se concebe e se desenrola a pesquisa e na forma como as hipóteses e a sua aferição se estruturam³.

A prática da pesquisa-acção faz aparecer uma série de características do facto social que não são consideradas noutras abordagens, nomeadamente a complexidade – o social é aprendido em todas as suas dimensões não podendo ser encerrado num olhar monodisciplinar. É esta «totalidade» o factor que mais a distingue dos modos de trabalho tradicionais pois impede o tipo de controle das variáveis da pesquisa tradicional. De facto, na procura dos princípios explicativos dos fenómenos considera-se o encadear de explicações e não se atem à causalidade única, directa e linear. As relações entre os acontecimentos procedem de enumeras fontes sendo difícil distinguir o que é causa e o que é consequência e, é por esta razão, que a abordagem sistémica é indicada para os contextos de investigação acção. É também por esta razão que as metodologias de investigação-acção exigem olhares multidisciplinares fazendo recursos a outras disciplinas.

A indeterminação é outra características dos processo de pesquisa em investigação-acção dado que o facto social emerge como não sendo determinado *a priori* pela pesquisa, por duas ordens de razões: porque pode ser querido e realizado por sujeitos independentes e livres e pela própria complexidade que impossibilita qualquer previsão.

Finalmente, uma terceira característica da pesquisa-acção relaciona-se com a singularidade inerente aos contextos e problemáticas em que é aplicada. Considerando cada facto único e singular, torna difícil as generalizações e esta característica é um dos factores do menor impacte deste tipo de metodologia. No entanto, pretende-se que o cientista social mantenha a sua postura científica, a sua capacidade de interrogação vigilante da acção, continuando a produzir conhecimento válido.

A pesquisa-acção não pretende ser apenas uma metodologia capaz de fornecer um conjunto coerente de conceitos que lhe permitam tornar inteligível os fenómenos

³ Ver Isabel Carvalho GUERRA, *Fundamentos e processo de uma sociologia da acção*, Lisboa, Principia, 2000.

através de formas específicas de construção do conhecimento. Este tipo de abordagem deve estabelecer a inteligibilidade, a previsão e a falibilidade dos factos sociais mas propõe sobretudo, um percurso de compreensão das dinâmicas de mudança e de pilotagem de um processo social que integra uma multiplicidade de aspectos, de actores e de normas sociais. O conhecimento obtido é sempre hipotético, continuamente aferido pela realidade social e em construção permanente.

3. Quais são os modelos mobilizáveis para a intervenção?

A identificação dos modelos mobilizáveis para a intervenção está em larga medida por fazer, mas o trabalho desde já disponível mostra a diversidade de teorias e metodologias disponíveis.

A proposta de Gilles Herrerros⁴ é talvez a mais centrada e de cariz mais sociológico. O autor referencia modelos básicos disponíveis para a intervenção sociológica, todos de origem francesa. No campo da sociologia identifica 3 escolas a que acrescenta uma terceira corrente em desenvolvimento:

- o accionalismo e a intervenção sociológica de Touraine, Dubet e Wieworka;
- a análise estratégica de Crozier e Friedberg;
- o movimento institucionalista representado por Hess, Lourau, Lapassade, Mendel, etc;
- a «sociologia clínica» identificada com E. Enriquez, V. Gaulejac, N. Aubert e S. Roy.

Os accionalistas e os fundadores da análise estratégica têm um lugar importante na sociologia francesa contemporânea mas nenhum deles quer entrar em ruptura com as formas clássicas de fazer sociologia desenvolvendo novas propostas e orientações que pretendem mostrar a complexidade do social. Têm uma posição assaz paradoxal pois, por um lado, apoiam-se nos autores clássicos – continuam a defender a neutralidade, demonstram desconfiança face aos comprometimentos práticos, reivindicam a lembrança da distancia entre pensamento e acção bem como a unidade dos métodos e a sua articulação a uma teoria social específica recusando ainda demasiadas proximidades disciplinares, etc. Mas, por outro lado, defendem a análise das práticas sociais, o reequacionamento de uma teoria da acção, o papel dos actores na mudança social e a historicidade da produção científica. Herrerros «manda recados» a estes autores defendendo que a sociologia de intervenção tem que assumir algumas rupturas e visitar alguns princípios.

⁴ Gilles HERREROS, *Pour une sociologie d'intervention*, Ramonville, Éditions Erès, 2002.

O movimento institucionalista, identificado com algumas correntes da análise institucional e socioanálise, tem vindo a perder terreno e a ter poucas encomendas não tendo sofrido grande desenvolvimento nas últimas décadas.

Inversamente, a sociologia «clínica» está em pleno desenvolvimento, em larga medida centrada na compreensão dos processos de construção (e reconstrução) identitária, na complexidade das articulações entre as identidades pessoais, sociais e colectivas e na procura das novas formas de inserção social (na «luta pelos lugares»)⁵.

Para outros autores, os modelos de intervenção têm uma evolução histórica continuando num processo de interpenetração que não é ainda hoje suficiente para dar conta de novos paradigmas. Não muito longe de Herreros encontramos autores canadianos como Robert Mayer e de Francine Ouellet⁶ que – embora no contexto canadiano – identificam a evolução dos tipos de pesquisa e os modelos teóricos mais significativos ao longo do tempo da segunda metade do século XX.

Tipos de Pesquisa

Modelos Explicativos

Anos 60

1. Pesquisa Clássica Funcionalismo

Anos 70

Pesquisa-Acção

Pesquisa Feminista Perspectiva estrutural (ou marxista)

Pesquisa Militante

Intervenção Sociológica (de Touraine) Perspectiva interaccionista

Anos 80

Sociologia Clínica A perspectiva estratégica

2. Pesquisa Avaliativa A perspectiva da regulação social

3. A «Redescoberta» da «Grouded Theory» A perspectiva construtivista

Anos 90

..... A reflexão na acção

..... O modelo ecológico

Fonte: Robert Mayer e Francine Ouellet, 2000.

⁵ Ver o extraordinário livro de Vincent GAULEJAC e Isabel Taboada LEONETTI, *La lutte des places: insertion et désinsertion*, Marselha, Hommes et Perspectives, 1994, hoje já considerado um clássico da «sociologia clínica». Ou ainda do mesmo autor *Sociologie clinique*, Marselha, Hommes et Perspectives, 1993.

⁶ «L'évolution de la recherche sociale au Québec (1960-200)», in Rober MAYER (et al.), *Méthodes de recherche en intervention sociale*, Monreale, Paris, Gaetan Morin Editeur, 2000.

As correntes objectivistas dos anos 60

No continente americano a pesquisa social nos anos 60 é inicialmente dominada pela sociologia e é muito utilitária, centrada na descrição das características das clientelas, estudo dos seus problemas e necessidades. Está-se no momento de profissionalização dos serviços sociais e da passagem de um entendimento do problemas individuais para problemas de génese colectiva isto é, menos problemas de «personalidade» e mais problemas sociais.

O ensino é marcado pelos métodos positivistas, pelas «condições sociais de produção do objecto científico», «ruptura epistemológica» e a pesquisa social não tem grande especificidade nas diferentes disciplinas sendo sempre maioritariamente de concepção positivista resumindo-se ao lançamento de inquéritos de fundamentação variada. O técnico é considerado um «perito» cujo papel é ter uma abordagem sociotécnica e aplicar o método científico à análise dos problemas sociais. No plano teórico o modelo mais utilizado é o funcionalismo: função, organização social, estrutura, estatuto, papel, valores, anomia, etc são os conceitos centrais. O modelo funcionalista de análise dos problemas sociais articula-se em torno das teorias dos desvios individuais e da desorganização social (Merton e Nisbet, 1961). Com a teoria da desorganização social, os problemas sociais são interpretados como uma falta de harmonia ou contradição entre os estatutos, as normas, as regras e os sistemas de valores dos grupos sociais.

A corrente subjectivista dos anos 70

A pesquisa nos anos 70, é influenciada pela intervenção maciça do Estado na área social e aparecem numerosos organismos de pesquisa embora se encontrem contramovimentos associativos que encomendam os seus próprios estudos para fazer valer os seus interesses face ao Estado. No interior dos organismos públicos apela-se à pesquisa aplicada assente nas necessidades da população e na análise da eficácia dos serviços. É, pois, uma pesquisa instrumental centrada na administração na qual o investigador serve frequentemente de correia de transmissão.

Emerge, no entanto, uma grande multiplicidade de direcções de pesquisa e muitas delas de índole qualitativa. Mayer e Ouellet identificam três tipos de orientações: tecnocrática (positivista), profissional (qualitativa, saber da prática, investigação-ação, etc) e militante (de crítica e pretensão de transformação da realidade).

O desenvolvimento da pesquisa-ação ao nível dos seus fundamentos, metodologias e formas de fazer tem aqui o seu período de desenvolvimento marcante. Também é situada neste período o desenvolvimento da intervenção sociológica de Alain Touraine que tem mais impacte pela proposta de relacionamento entre conhecimento e acção histórica do que pela difusão do método em si, de difícil accionamento.

No plano teórico – e ao nível do seu impacte sobre a intervenção – encontram-se dois modelos explicativos: a perspectiva estrutural (ou marxista) que analisa as políticas sociais como reflexo da luta de classes e a perspectiva interaccionista numa larga gama de ópticas, inspiradas pelo interaccionismo simbólico. Utilizam-se metodolo-

gias compreensivas – observação participante, histórias de vida – para reconstituir «interacções e processos sociais em emergência» mas também se estuda o desvio como interacção social e as instituições entendidas como «totalitárias».

A corrente construtivista dos anos 80

A pesquisa social nos anos 80 torna-se um imperativo integrando, em simultâneo, as preocupações da prática e quase todos os projectos de intervenção se reivindicam da pesquisa-acção. A crise do positivismo está instalada e o retorno do actor é a palavra-chave. Assiste-se ao desenvolvimento de uma grande pluralidade de métodos e a pesquisa qualitativa vai favorecer a exploração de novos objectos de pesquisa: o vivido, o imaginário, a sociabilidade, etc. Apela-se a uma pesquisa de terreno e emergência críticas à distancia da academia. Privilegia-se a pesquisa avaliativa, porque permite verificar a eficácia dos serviços, e a epidemiologia porque permite estabelecer a incidência e procurar as causas e a pesquisa operacional porque permite criar utensílios que facilitam a classificação das clientelas.

Segundo os autores, deve salientar-se neste período uma análise bipolar da pesquisa: uma de cariz mais fundamental (compreensão dos fenómenos) e outra mais aplicada (melhoria das intervenções e conhecimento das clientelas).

Apesar das dimensões críticas é uma pesquisa, em larga medida, sob a batuta do gestor e por isso é criticada, mas a disseminação da linguagem e de alguns procedimentos básicos de pesquisa encontram-se presentes em larga gama de projectos de intervenção.

Segundo os autores, nesta fase podem encontrar-se 3 modelos explicativos:

a) Perspectiva estratégica.

Com a análise estratégica, a racionalidade da acção não é já interpretada em termos de poder capitalista ou tecnocrático mas de jogo de interesses e de poder entre os diferentes actores cujas relações e interacções influenciam o funcionamento dos serviços sociais e as formas de vida social. De forma genérica, a análise estratégica visa articular as relações entre actor e sistema acreditando-se que o actor dispõe de uma margem de manobra num contexto de «racionalidade limitada» e que o poder está no centro das análises da acção colectiva.

b) A perspectiva da regulação social.

Um certo número de autores refere as teorias da regulação social para explicar a evolução das redes sociais nas empresas, serviços e instituições: uma atenção aos regulamentos, formas de organização, práticas profissionais, relações de trabalho, etc. No plano metodológico recorrem a análises documentais e entrevistas a informadores-chave. Nas teorias da regulação há uma atenção particular às condições de trabalho e às relações entre empregados e direcção afim de melhor entender os compromissos sociais.

c) A perspectiva construtivista.

Mais em continuidade do que em ruptura com as correntes interaccionistas, os construtivistas acentuam os processos de construção dos problemas sociais. Um problema social é considerado ser o resultado da acção de indivíduos ou de grupos visando a modificação de certas condições sociais. Esta perspectiva desloca a atenção tradicional sobre as condições objectivas para os *processos* nos quais os problemas sociais são construídos. Assim a existência de um problema social depende da existência de grupos que o definem como problema e tem vontade de o alterar. Claro que há 2 tipos de grupos: os directamente afectados pela problemática e os que se sentem atingidos/preocupados por ela, que raramente têm a mesma forma de abordagem dos problemas. Assim, estudam-se os problemas a partir dos sujeitos que os definem.

Em síntese, as correntes construtivistas consideram que os problemas sociais são relativos e socialmente construído, não existindo enquanto tal. A sua formulação e definição contém uma grande diversidade de sentidos e de formas de aproximação a esses mesmo problemas sociais.

A corrente ecológica dos anos 90

A pesquisa social nos anos 90 reforça as dimensões anteriores aprofundando a causalidade dos problemas e os impactes das políticas mas em clima de crise fiscal e com o encurtamento dos financiamentos. Distinguem-se dois modelos explicativos:

a) A reflexão na acção.

Elaborada a partir de Glaser e Strauss (1967), a *teoria ancorada* («grounded theory») será redescoberta pelos investigadores do campo socio-sanitário nos anos 80. A metodologia consiste essencialmente em definir e comparar os elementos constitutivos e as interacções próprias a uma dada situação social a partir de dados empíricos recolhidos no terreno mais do que a partir de teorias existentes. Comparativamente a outros métodos a construção empírica da teoria modifica as relações entre investigador e meio, reabilita a intuição e a subjectividade do investigador, favorece a indução e a experiência e modifica sensivelmente a finalidade da pesquisa na medida em que não se trata de verificar teorias formuladas mas suscitar a descoberta e a produção de novos conhecimentos.

Segundo Glaser e Strauss (1967) a pesquisa qualitativa deve ter como material de base a representação social que o sujeito faz da realidade. A sistematização da teoria é feita através da análise comparativa constante de dados recolhidos o que dá origem a uma série de categorias conceptuais e de hipóteses reformuladas até à saturação, isto é, até que nenhum outro dado venha contradizer.

O objectivo desta perspectiva é de gerar conceitos, hipóteses e teorias a partir de um estudo de terreno. A sua lógica é por um momento indutiva mais que dedutiva, mais do que formular à partida um quadro teórico para verificação, o investigador

privilegia o processo inverso: observa a situação, os seus actores e as suas interpretações. A partir daí tenta-se estabelecer conceitos, hipóteses explicações pertinentes e que se pretendem corroborar ou refutar e assim, a teorização é concebida como um processo contínuo. As *grounded theories* são muito populares nos finais do século XX (anos 90) mas serão criticadas por minimizarem as relações sociais e as conflitualidades inerentes à vida em sociedade.

b) O modelo ecológico

O modelo ecológico do final do século pretende integrar a diversidade de perspectivas nomeadamente as que remetem para as dimensões estruturantes/sistémicas e para as dimensões estratégicas. Os investigadores/interventores vão buscar à ecologia essa capacidade de integrar a diversidade de variáveis mesmo de sistemas diferentes: sociais, naturais, culturais, históricos, etc. O modelo é assim multireferencial e sistémico. No campo da sociologia, e da intervenção social, pretende-se situar a acção nos diferentes sistemas: família, individuo, comunidade, aprofundando a lógica própria de cada um desses sub-sistemas.

4. Os postulados comuns de uma sociologia de intervenção

A sociologia de intervenção aparece como pouco homogénea não estabelecendo um corpo clássico de conhecimentos consistente, variando este em função do campo das intervenções e os métodos e técnicas adoptados são exclusivamente concebidos para os objectos aos quais se aplica, o que implica um certo fechamento e dificuldades na generalização.

As teorias que presidem à intervenção são pedidas emprestadas à psicologia social, sociologia, antropologia, ciência política e economia numa grande diversidade de referencias e campos disciplinares que torna, por vezes, difícil situar disciplinarmente os autores.

Mas atenção, o abandono do abrigo por detrás de uma pretensa neutralidade da ciência e a reivindicação de uma posição comprometida em sociologia de intervenção, torna ainda mais exigente a identificação e a explicitação dos fundamentos teóricos, metodológicos e técnicos.

O sociólogo de intervenção, comprometendo-se com uma «relação cognitiva de apoio» ao seu encomendador, aceita a produção sociológica de uma utilidade prática mesmo se a relação entre conhecimento e acção não é uma relação linear e directa.

Assim, qualquer destes métodos de intervenção sociológicos repousam sobre uma imagem específica da sociedade e do sujeito mas também do papel do sociólogo nestes processos de conhecimento e acção. «Implicados», «comprometidos» ou defendendo o pragmatismo das suas análises, relacionam-se de forma diferente com

os seus clientes mas continuam a manter a distinção entre cientista e político, entre ciência e acção e entre as diversas fronteiras disciplinares.

Reconhecem-se postulados comuns aos vários autores que subscrevem algumas das dimensões desta «teoria da acção» e que assentam nomeadamente numa determinada concepção do sujeito e da mudança social.

Há três premissas características do raciocínio empregue que têm profundas consequências metodológicas quer tomadas isoladamente quer na sua articulação. É, por um lado, uma determinada compreensão do sujeito como actor capaz de cálculo e de escolha definindo acções estratégicas e portanto portador de racionalidades: racionalidade que não significa lucidez ou consciência tal como cálculo não conduz ao utilitarismo e instrumentalização pura. É uma «racionalidade limitada» quer devido ao conhecimento parcial do contexto em que esta se realiza quer devido ao desconhecimento dos efeitos da acção, mas é esta racionalidade que torna o sujeito em actor da sua própria historicidade na fuga ao destino fatal, na procura da sua «utopia» individual e como grupo social.

É ainda o entendimento das relações sociais, não como meras interacções mas como relações de poder e este como meio de troca, de negociação, de contratualização mas também de hierarquização, de manipulação e de conflitualidades várias. Assim, concebe-se a análise das dinâmicas sociais como mediatizadas por relações de poder, isto é, por relações de troca desigual que comportam sempre uma base de negociação potencial. Mesmo se esta premissa se prestou a mal entendidos, ela traz não apenas uma politização da vida quotidiana mas também uma banalização e uma normalização da noção de poder que é considerado como uma dimensão irreductível e perfeitamente «normal» de todas as relações sociais quer sejam conflituais ou cooperativos. Este entendimento das relações sociais, permite incluir a análise dos conflitos bem como evita as armadilhas de uma visão demasiado consensual das estruturas de acção colectiva. A instabilidade e conflitualidade dos comportamentos é considerada como normal e é acentuado o carácter contraditório e complexo do comportamento dos actores que desafiam toda uma lógica linear de análise. Esta politização das relações sociais obriga a pensar todos os contextos da acção como um conjunto de relações interdependentes mutuamente condicionadas e chama a atenção para a sociologia das organizações e das decisões já que a gestão das organizações exige competências que é necessário criar.

Mas é ainda, uma concepção das dinâmicas sociais como dinâmicas interdependentes, mas não necessariamente coincidentes entre a lógica dos actores e as lógicas dos sistemas de acção. Entende-se que cada «sistema de acção concreto» contém um mínimo de ordem e de interdependência por detrás da aparente desordem das estratégias dos actores individuais e colectivos. Compete ao processo de pesquisa elucidar os limites, as fronteiras e os mecanismos de regulação e desordem desse sistema, identificar os mecanismos de alienação e de emancipação que coexistem nos processos concretos de acção.

Bibliografia

- François DUBET, «Plaidoyer pour l'intervention sociologique», in Didier VRANCKEN & Olgierd KUTY (eds.), *La sociologie et l'intervention, ouvertures sociologiques*, Louvain-la-Neuve, De Boeck Université, 2001, pp. 89-110.
- Michel DUCHAMP, Brigitte BOUQUET & Hervé DROUARD, *La recherche en travail social*, Paris, Centurion, 1989.
- Erhard FRIEDBERG, «Faire son métier de sociologue surtout dans l'intervention» in Didier VRANCKEN & Olgierd KUTY (eds.), *La sociologie et l'intervention, ouvertures sociologiques*, Louvain-la-Neuve, De Boeck Université, 2001, pp. 110-130.
- Isabel Carvalho GUERRA, *Fundamentos e processos de uma sociologia da acção*, Lisboa, Principia, 2000.
- Gilles HERREROS, *Pour une sociologie d'intervention*, Ramonville, Éditions Erès, 2002.
- Remi HESS, *Sociologia de intervenção*, Lisboa, Rés, 1983.
- Paul LADRIÈRE, Patrick PHARO & Louis QUÉRÉ, *La théorie de l'acton: le sujet pratique en débat*, Paris, CNRS Editions, 1993.
- Michel LEGROS, Henri PASCAL & Hervé DROUART, *Sociologie et Intervention Sociale: manuel de sociologie générale*, Paris, Centurion, 1991.
- Phillippe MALRIEU, *Dynamiques sociales et changements personnels*, Paris, Éditions CNRS, 1989.
- Robert MAYER, Francine OUELLET, Marie-Christine OUELLET, Marie-Christine SAINT-JACQUES & Daniel TURCOTTE (et al.), *Méthodes de recherche en intervention sociale*, Paris e Monreal, Gaetan Morin Editeur, 2000.